

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



**FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO E A RECONFIGURAÇÃO
TERRITORIAL DO NORDESTE BRASILEIRO**

Cassia Betania Lopes dos Santos¹

Resumo: Este trabalho analisa a redução de escolas no campo na região Nordeste do Brasil entre 1999 e 2019, considerando as transformações no território rural. A pesquisa parte da compreensão de que a Educação do Campo é um direito constitucional, embora historicamente marcada por desigualdades no acesso à escola. Metodologicamente, foram analisados os microdados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP), a partir dos quais foi elaborado um ranking das microrregiões nordestinas que apresentaram maior perda proporcional de escolas no campo no período. Foram selecionadas cinco microrregiões com as maiores reduções entre 1999 e 2019. Em seguida, realizou-se levantamento de conflitos territoriais registrados nos Cadernos de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), complementado por revisão de literatura sobre esses territórios. Os resultados indicam que a redução das escolas no campo está associada a processos de reconfiguração territorial, conflitos fundiários e transformações socioeconômicas que impactam a permanência das populações rurais e o acesso à educação.

Palavras-chave: Educação do Campo. Fechamento de escolas. Região Nordeste. Território rural.

**CLOSURE OF RURAL SCHOOLS AND THE TERRITORIAL
RECONFIGURATION OF NORTHEASTERN BRAZIL**

Abstract: This study analyzes the reduction of rural schools in the Northeast region of Brazil between 1999 and 2019, considering the transformations occurring in the rural territory. The research is based on the understanding that Rural Education is a constitutional right, although historically marked by inequalities in access to schooling. Methodologically, microdata from the Basic Education School Census (INEP) were analyzed to produce a ranking of Northeastern microregions that experienced the greatest proportional loss of rural schools during the period. Five microregions with the largest reductions between 1999 and 2019 were selected. Subsequently, a survey of territorial conflicts recorded in the Land Conflict Reports of the Pastoral Land Commission (CPT) was conducted, complemented by a literature review on these territories. The results

¹ Pós-doutoranda em Geografia, pela Universidade Federal da Grande Dourados, campus Dourados. Pesquisa sobre (Educação do Campo, Decolonialidade e Sexualidades: corpos, territórios e dissidências em contextos rurais). cassiageoterra@hotmail.com

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



indicate that the reduction of rural schools is associated with broader processes of territorial reconfiguration, land conflicts, and socioeconomic transformations that affect the permanence of rural populations and their access to education.

Keywords: Rural Education; School Closures; Northeast Region of Brazil; Rural Territory.

**CIERRE DE ESCUELAS RURALES Y LA RECONFIGURACIÓN
TERRITORIAL DEL NORDESTE BRASILEÑO**

Resumen: Este trabajo analiza la reducción de escuelas rurales en la región Nordeste de Brasil entre 1999 y 2019, considerando las transformaciones ocurridas en el territorio rural. La investigación parte de la comprensión de que la Educación del Campo constituye un derecho constitucional, aunque históricamente ha estado marcada por desigualdades en el acceso a la escuela. Metodológicamente, se analizaron los microdatos del Censo Escolar de la Educación Básica (INEP), a partir de los cuales se elaboró un ranking de las microrregiones del Nordeste que presentaron mayor pérdida proporcional de escuelas rurales en el período. Se seleccionaron cinco microrregiones con las mayores reducciones entre 1999 y 2019. Posteriormente, se realizó un levantamiento de conflictos territoriales registrados en los Cuadernos de Conflictos en el Campo de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT), complementado con una revisión de la literatura sobre estos territorios. Los resultados indican que la reducción de las escuelas rurales está asociada a procesos de reconfiguración territorial, conflictos agrarios y transformaciones socioeconómicas que impactan la permanencia de las poblaciones rurales y el acceso a la educación.

Palabras clave: Educación del Campo. Cierre de escuelas. Región Nordeste. Territorio rural.

INTRODUÇÃO

A educação básica no Brasil constitui um direito social assegurado constitucionalmente e um dever do Estado, conforme estabelecido no Artigo 206 da Constituição Federal, que garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Apesar desse princípio, persistem profundas desigualdades no sistema educacional brasileiro, especialmente quando se compara a realidade educacional entre os espaços urbanos e rurais. Historicamente, a população residente no campo tem enfrentado maiores dificuldades no acesso à educação, seja pela distribuição desigual das

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



instituições escolares, seja pelas condições de funcionamento das escolas localizadas nesses territórios.

Nas últimas décadas, um dos fenômenos mais marcantes no contexto da educação do campo tem sido a redução expressiva do número de escolas no campo. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) evidenciam que, enquanto o número de escolas urbanas apresentou crescimento ao longo dos últimos anos, as escolas localizadas no meio rural passaram por um processo contínuo de diminuição. Em 2000 existiam 116.433 escolas no campo no Brasil, número que caiu para 79.087 em 2010 e para 54.730 em 2019. Ao mesmo tempo, as escolas urbanas passaram de 70.617 em 2000 para 85.512 em 2019. Esses dados revelam uma importante mudança na distribuição territorial das instituições escolares no país, indicando uma perda significativa da presença da escola nos territórios rurais.

Tal processo torna-se ainda mais relevante quando analisado em conjunto com a dinâmica populacional brasileira. Embora o país tenha passado por um intenso processo de urbanização nas últimas décadas, milhões de pessoas continuam vivendo no campo e demandando serviços públicos, infraestrutura e acesso à educação. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000 a população urbana representava 81,24% da população brasileira, enquanto 18,74% residiam no meio rural. Em 2010 essa proporção passou para 84,36% da população no meio urbano e 15,64% no meio rural. Ainda que se observe a redução relativa da população rural, a diminuição no número de escolas no campo ocorre em ritmo muito mais acelerado, revelando um processo desproporcional de diminuição da oferta educacional nesses territórios.

Nesse cenário, a diminuição das escolas no campo passa a representar não apenas uma questão administrativa relacionada à organização da rede de ensino, é necessário considerar as transformações mais amplas que vêm ocorrendo no território rural brasileiro. A partir da década de 1990, o campo passou por intensos processos de reestruturação associados à expansão do agronegócio, à modernização das atividades produtivas e à incorporação de novas frentes econômicas, como mineração, geração de

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



energia e grandes projetos de infraestrutura. Essas transformações têm redefinido a organização do território rural e influenciado diretamente as dinâmicas sociais, econômicas e populacionais (Elias, 2006).

Entre as diferentes regiões brasileiras, o Nordeste assume particular relevância nesse debate. Trata-se de uma região que historicamente concentra uma das maiores populações rurais do país e que, durante décadas, reuniu muitas escolas situadas no campo. Ao mesmo tempo, também se destaca pelo elevado número de fechamentos dessas instituições nas últimas décadas. Dados do Censo Escolar indicam que, em 1999, existiam 65.879 escolas no campo na região Nordeste. Em 2019 esse número foi reduzido para 28.860 unidades, o que representa a perda de mais da metade das escolas no campo existentes na região ao longo de duas décadas.

Nesse sentido, compreender o fechamento das escolas no campo exige considerar as relações entre território, políticas públicas e as transformações econômicas e sociais. Assim, este trabalho analisa a redução de escolas no campo na região Nordeste do Brasil entre 1999 e 2019. Metodologicamente, a pesquisa articula procedimentos quantitativos e qualitativos. Foram analisados os microdados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP) para identificar a evolução do número de escolas no campo, além da consulta aos Cadernos de Conflitos no Campo da CPT e à literatura acadêmica sobre as transformações do território rural. Dessa forma, busca-se compreender não apenas a magnitude da redução das escolas, mas também as dinâmicas territoriais e socioeconômicas associadas a esse processo.

1.1 Território, Políticas Públicas e Educação do Campo

O território constitui uma categoria central para a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que atravessam o campo brasileiro. Na Geografia, essa categoria não pode ser reduzida a uma base física ou a um simples recorte espacial, pois remete, antes de tudo, às relações de poder que se materializam e se

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDDE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



disputam no espaço. Nesse sentido, sua relevância para este trabalho decorre do fato de que o território permite compreender a ação do Estado, das grandes empresas, dos movimentos sociais e dos povos do campo, das águas e das florestas como sujeitos que produzem, significam e disputam diferentes projetos de sociedade. Como afirma Haesbaert (2004, p. 20), “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao menos inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”.

Nessa perspectiva, diferentes sujeitos produzem o território de formas distintas, de acordo com seus interesses, necessidades e projetos. Fernandes (2001) destaca que uma classe não se realiza no território de outra classe, o que significa reconhecer que há projetos territoriais em disputa. O agronegociante, por exemplo, organiza o território a partir da lógica da produção de mercadorias, da valorização da terra como ativo econômico e da expansão de monoculturas e cadeias agroindustriais. Já o campesinato organiza seu território com base na reprodução da vida, no trabalho familiar, comunitário e cooperativo, na produção de alimentos e na manutenção de vínculos sociais e culturais com a terra. Isso revela que o território não é neutro. Ele expressa intencionalidades, escolhas políticas e formas distintas de conceber o uso da terra, o trabalho, a produção e a própria existência social.

A partir dessa leitura, torna-se fundamental compreender que o território é também uma categoria dinâmica, marcada por processos permanentes de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Haesbaert (2004) mostra que a desterritorialização não se manifesta da mesma forma para todos os grupos sociais. Para os setores dominantes, ela pode aparecer como mobilidade estratégica e multiterritorialidade segura. Para os grupos subalternizados, ao contrário, ela se expressa como precarização socioespacial, perda de vínculos, expulsão, deslocamento compulsório e restrição do acesso às bases materiais da vida. No caso dos povos do campo, das águas e das florestas, a desterritorialização está diretamente associada à expropriação da terra, à fragilização das comunidades, ao acesso desigual às políticas públicas e ao enfraquecimento das condições de reprodução social.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDDE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



É nesse contexto que a atual questão agrária brasileira precisa ser compreendida. O avanço do capital sobre o campo, por meio da expansão do agronegócio e de outras frentes econômicas, intensifica processos de monopolização do território e de subordinação das formas camponesas de vida e trabalho. Oliveira (2014) chama atenção para a expulsão constante dos povos do campo, das águas e das florestas, cedendo lugar à territorialização dos monopólios e à monopolização dos territórios. O agronegócio se legitima por meio de um discurso modernizador, sustentável e gerador de emprego, enquanto, na prática, aprofunda a concentração fundiária, a dependência econômica e a subordinação da pequena produção. Nessa lógica, o território é reorganizado para atender às exigências do capital, e não às necessidades de reprodução da vida das populações que historicamente o habitam.

Essa disputa territorial ajuda a compreender por que a Educação do Campo e as escolas no campo não pode ser tratada como uma temática isolada do debate agrário, territorial e político. A Educação do Campo emerge justamente das contradições do campo brasileiro e das lutas protagonizadas pelos sujeitos que nele vivem e trabalham. Não se trata apenas de uma modalidade educacional voltada a uma população específica, mas de uma construção política, pedagógica e social vinculada à defesa da terra, do trabalho, da cultura, da identidade e do direito de permanecer no território. Como destaca Caldart (2009, p. 43), é preciso pensar a escola “sempre em perspectiva, para que se possa transformá-la profundamente, na direção de um projeto educativo vinculado às práticas sociais emancipatórias mais radicais”.

Nesse sentido, a escola da Educação do Campo se define por seu vínculo com a realidade, com o trabalho, com a cultura, com a temporalidade e com as necessidades dos povos do campo. Sua função não é adaptar os sujeitos a um modelo urbano e dominante de educação, mas contribuir para o fortalecimento de suas identidades, de seus territórios e de sua capacidade de leitura crítica da realidade. A vida no campo articula trabalho, lazer, família, produção e aprendizagem de maneira própria, o que exige uma escola comprometida com essa totalidade. A escola do campo, portanto, precisa reconhecer que

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



o campo é espaço de vida e não apenas de produção, e que o estudante do campo traz consigo saberes, experiências e práticas que não podem ser invisibilizados pelo currículo escolar.

Essa compreensão coloca a Educação do Campo no centro da disputa por políticas públicas. Se o território é sempre atravessado por relações de poder, as políticas públicas não podem ser entendidas como instrumentos neutros, técnicos ou meramente administrativos. No caso da Educação do Campo, as políticas públicas são resultado direto da organização e da pressão dos movimentos sociais e sindicais do campo, especialmente a partir da redemocratização brasileira. A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a educação como direito de todos e dever do Estado, abriu possibilidades para que os sujeitos do campo reivindicassem o reconhecimento de suas especificidades e o atendimento de suas demandas educacionais. Assim, os movimentos sociais passaram a disputar mais intensamente o cenário político, buscando construir políticas educacionais que não tratassem os povos do campo como resquício de um passado a ser superado, mas como sujeitos de direitos.

No entanto, essa conquista não foi linear nem isenta de contradições. Antes da década de 1990, as populações rurais estiveram, em grande medida, submetidas a uma educação precária, descontínua e subordinada à lógica dominante. Arroyo (2004) sintetiza essa realidade ao se referir à “escolinha rural” como expressão de um modelo educacional historicamente desvalorizado, com infraestrutura precária, baixa escolarização docente e oferta limitada aos anos iniciais. A escola existente no meio rural, em vez de promover emancipação, frequentemente operava como mecanismo de conformação dos sujeitos à ordem social vigente. É somente com o fortalecimento das lutas pela terra, pela Reforma Agrária e pelos direitos sociais, especialmente no final dos anos 1990, que a Educação do Campo passa a ganhar maior visibilidade política.

A I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, e a II Conferência Nacional, em 2004, constituíram marcos importantes nesse processo. Esses espaços contribuíram para afirmar a Educação do Campo como direito e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



como projeto político-pedagógico, ampliando a pressão por políticas públicas específicas. Nery, Kolling e Molina (1999) destacam que um dos grandes desafios era justamente construir uma concepção de educação básica vinculada às realidades do campo, superando a subordinação histórica ao modelo tradicional e a realidade urbana. A partir daí, a Educação do Campo passa a se consolidar como campo de disputa no interior das políticas educacionais, articulando direito à educação, direito ao território e direito à diferença.

Essa articulação é essencial porque a escola do campo depende de políticas públicas permanentes, específicas e territorialmente comprometidas. Não basta reconhecer formalmente o direito à educação. É necessário garantir disponibilidade, acesso, permanência, qualidade, especificidade e totalidade, dimensões que se tornam particularmente fundamentais quando se trata das populações do campo.

Por isso, a relação entre território, políticas públicas e Educação do Campo é constitutiva. A escola do campo é, ao mesmo tempo, fruto de uma territorialidade específica e instrumento de fortalecimento dessa territorialidade. Como lembra Caldart (2009), a Educação do Campo não é “para” os sujeitos do campo, mas “dos” sujeitos do campo, o que significa reconhecer seu protagonismo na definição dos rumos da educação e na construção de um projeto emancipatório.

1.2 A Geografia da Educação do Campo na região Nordeste do Brasil

A região Nordeste destaca-se historicamente por concentrar grande parte da população rural brasileira e, conseqüentemente, um elevado número de escolas localizadas no campo. Entretanto, nas últimas décadas, observa-se uma redução significativa dessas instituições. Em 1999, a região possuía 65.879 escolas no campo em funcionamento, número que representava mais da metade das escolas no campo existentes no Brasil naquele período. Ao longo das duas décadas seguintes, essa quantidade diminuiu de forma expressiva, chegando a 28.860 escolas em 2019, o que representa uma redução de aproximadamente 56%. Essa diminuição ocorreu em um contexto em que a

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIIDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



região continua concentrando grande parcela da população rural do país, indicando que a perda de escolas no campo não pode ser explicada apenas por mudanças demográficas, mas também por transformações territoriais, econômicas e políticas que vêm reconfigurando o território rural.

Essa dinâmica também se reflete na quantidade de estudantes que vivem e estudam no campo. Em 1999, havia 4.518.773 estudantes nessa condição, número que foi reduzido para 2.876.661 em 2019, representando uma diminuição de cerca de 36%. Embora tenha ocorrido redução nas matrículas, a queda no número de escolas foi proporcionalmente maior, indicando que parte dos estudantes que vivem no campo passou a frequentar escolas localizadas em áreas urbanas ou em outras comunidades rurais. Em 2019, a região contava com 4.622.634 estudantes residentes no campo, dos quais 1.745.973 frequentavam escolas nas cidades. Esse cenário revela a intensificação de processos de deslocamento cotidiano dos estudantes e, em muitos casos, o aumento das dificuldades de acesso à educação para as populações rurais.

Neste trabalho, partimos para uma análise em escala microrregional que permite compreender de maneira mais detalhada as dinâmicas territoriais associadas à perda de escolas no campo. Foram selecionadas em um ranking as 5 microrregiões que se destacaram por apresentar reduções particularmente expressivas entre 1999 e 2019, evidenciando como processos econômicos, ambientais e sociais interferem diretamente na permanência das instituições escolares nos territórios rurais.

É importante destacar que as microrregiões que apresentaram as maiores perdas de escolas no campo concentram-se no estado do Ceará. A análise da variação proporcional do número de instituições entre 1999 e 2019 revela um cenário particularmente alarmante nesse estado. As cinco microrregiões que registraram as maiores reduções foram Várzea Alegre, Barro, Santa Quitéria, Caririaçu e Sertão de Senador Pompeu. Todas elas apresentaram perdas superiores a 80% do total de escolas no campo no período analisado. Esse resultado evidencia não apenas uma diminuição quantitativa das instituições escolares, mas também um profundo processo de

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



reconfiguração territorial, que impacta diretamente as condições de permanência das populações rurais em seus territórios.

Várzea Alegre, Caririaçu e Barro localizadas no sul do estado, na região do Cariri cearense, enquanto Santa Quitéria se situa no noroeste e Sertão de Senador Pompeu na mesorregião dos Sertões Cearenses. Até o início dos anos 2000, essas regiões apresentavam uma forte presença de população rural, com cerca de 50% da população vivendo no campo. Em 2010, embora ainda permanecesse significativa, essa proporção passou a representar pouco mais de 40% da população total. Ainda assim, essa redução demográfica não se aproxima da magnitude da perda das escolas no campo, indicando que o fechamento dessas instituições não pode ser explicado apenas pela diminuição da população rural.

A microrregião de Várzea Alegre apresenta o caso mais extremo entre as analisadas. Em 1999, havia 256 escolas no campo, número que foi reduzido para apenas 26 em 2019, representando uma perda de quase 90% das instituições. Situação semelhante ocorre em Barro, onde o número de escolas caiu de 247 para 30 no mesmo período. Em Santa Quitéria, o total passou de 213 escolas para 28; em Caririaçu, de 174 para 25; e no Sertão de Senador Pompeu, de 512 para apenas 75 escolas no campo.

A partir do levantamento realizado nos Cadernos de Conflitos no Campo da CPT, observa-se que essas microrregiões passaram a ocupar posição central em políticas voltadas à modernização produtiva do campo a partir da década de 1990, especialmente com a implementação dos Polos de Agricultura Irrigada, iniciativas que favorecem a concentração de investimentos e a expansão de atividades associadas ao agronegócio.

O Mapa 01 apresenta as microrregiões do estado do Ceará que registraram perda de vegetação nativa e redução do número de escolas no campo entre 1999 e 2019. A sobreposição dessas informações permite visualizar áreas onde as transformações ambientais e territoriais ocorreram de forma mais intensa, evidenciando possíveis relações entre a alteração do uso da terra e a diminuição das instituições escolares rurais.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDDE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

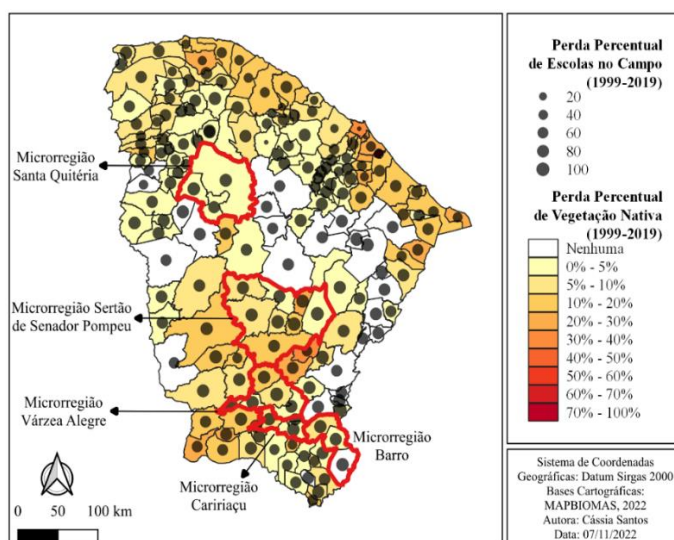
Realização



Apoio



Mapa 01- Municípios com perda da vegetação nativa e das escolas no campo (1999 a 2019).



Fonte: MAPBIOMAS/INEP

No caso das microrregiões do Cariri cearense, esse processo intensificou-se com a implantação de grandes projetos de infraestrutura hídrica, entre os quais se destaca o Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Apresentado como uma iniciativa destinada a garantir segurança hídrica às regiões consideradas mais carentes do estado, o CAC foi proposto em 2010 e teve suas obras iniciadas em 2013. Contudo, na prática, seus efeitos têm provocado profundas transformações territoriais que extrapolam o discurso oficial de promoção do desenvolvimento regional.

A implantação desse empreendimento tem provocado uma série de impactos sociais e ambientais nas comunidades rurais. Entre eles, destacam-se a intensificação da especulação imobiliária, a fragilização dos laços comunitários e a pressão crescente sobre as terras ocupadas por agricultores familiares (Cadernos de Conflitos do Campo, CPT, 2000-2013). Em muitas localidades, a valorização das áreas próximas às obras do canal tem incentivado processos de concentração fundiária e deslocamento de populações rurais, ampliando conflitos territoriais e dificultando a permanência das famílias em suas comunidades..

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Além disso, diferentes empreendimentos associados à expansão das atividades agroindustriais também têm impactado diretamente as comunidades rurais dessas microrregiões. Em Caririaçu, por exemplo, a comunidade rural de Gravatá foi surpreendida, em 2012, com o projeto de instalação do Aterro Sanitário Consorciado do Cariri, empreendimento proposto pelo governo estadual para atender às demandas de destinação de resíduos sólidos da Região Metropolitana do Cariri. Nesse contexto, o fechamento das escolas aparece frequentemente como uma das estratégias que contribuem para o enfraquecimento das comunidades rurais. A esse respeito, Cordeiro (2016, p. 102) apresenta o relato de um morador da comunidade sobre o fechamento da escola local:

A escola que a gente tem aqui ela foi fechada, então a gente não pode dizer que foi, mas quem mora aqui sentiu que foi na verdade algo que eles acharam para nos atingir. Com o fechamento do nosso colégio as crianças tinham que ir de pau-de-arara, de D20, e as mães ficavam preocupadas. Até a gente ir pro hospital devido ao acidente, coisa que não acontecia antes aqui porque geralmente as crianças iam para a aula a pé, iam brincando, iam correndo.

Situações como essa têm impactado profundamente a vida das famílias, muitas vezes levando ao deslocamento ou à migração para outras localidades. Paradoxalmente, a saída dessas famílias passa a ser utilizada pelas administrações municipais como justificativa para o fechamento das escolas no campo. Nesse sentido, uma reportagem publicada em 2015 pelo *Jornal O Povo* relata que “Prefeituras do interior do Ceará fecharam turmas de escolas rurais e alunos são obrigados a estudar na sede dos municípios. Prefeitos alegam que medida se deve à falta de recursos financeiros para manter o baixo número de pessoas em cada sala” (Vasconcelos, 2015, on-line).

Embora o discurso institucional frequentemente atribua o fechamento das escolas à redução do número de estudantes nas comunidades rurais, essa justificativa desconsidera os fatores estruturais que provocam o deslocamento das famílias e o enfraquecimento dessas comunidades. Em muitos casos, a diminuição da população rural

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



está diretamente associada à expansão de grandes empreendimentos, à pressão sobre a terra e à ausência de políticas públicas voltadas à permanência das populações no campo.

Nas microrregiões de Santa Quitéria e Sertão de Senador Pompeu, por exemplo, observa-se também a crescente presença de projetos minerários. Em Pedra Branca, município localizado na microrregião do Sertão de Senador Pompeu, destacam-se iniciativas de exploração mineral vinculadas ao projeto Troia-Pedra Branca, que busca explorar reservas de ouro, ferro, grafita e manganês. Já em Santa Quitéria, desde 2009 existem expectativas relacionadas à exploração de urânio e fosfato pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB), recursos considerados estratégicos para a produção de fertilizantes utilizados na agricultura empresarial.

A presença desses projetos reforça uma lógica de desenvolvimento que privilegia grandes empreendimentos voltados à acumulação de capital, frequentemente em detrimento das formas tradicionais de ocupação do território. Embora muitas vezes apresentados como iniciativas de progresso econômico, esses projetos tendem a gerar impactos ambientais significativos, além de provocar processos de deslocamento populacional e reconfiguração das atividades produtivas locais.

Esse cenário se articula com transformações mais amplas na agricultura cearense. Conforme aponta Elias (2007), o Estado tem atuado na promoção de uma reestruturação produtiva no campo, criando condições para a expansão do capitalismo agrícola. Nesse processo, atividades como a fruticultura irrigada e a produção de grãos voltados ao mercado passam a ganhar centralidade, frequentemente subordinando ou enfraquecendo as formas tradicionais de agricultura de base familiar.

Programas como o Projeto Hora de Plantar (PHP), implementado desde a década de 1990, também ilustram essa lógica. A política consiste na distribuição subsidiada de sementes híbridas, especialmente de milho, com o objetivo de estimular a produção agrícola. No entanto, ao priorizar culturas associadas ao mercado e ao uso de insumos industriais, esse tipo de iniciativa tende a desconsiderar as especificidades da agricultura familiar e as práticas tradicionais de produção. Como resultado, observa-se a manutenção

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



de baixos níveis de autonomia produtiva entre os agricultores, além da reprodução de condições de pobreza e vulnerabilidade econômica nas comunidades rurais.

Dessa forma, a expressiva redução das escolas no campo nessas microrregiões não pode ser compreendida como um fenômeno isolado do setor educacional. Ao contrário, ela se insere em um contexto mais amplo de transformações territoriais, marcado pela expansão de grandes projetos econômicos, pela intensificação da concentração fundiária e pela fragilização das condições de reprodução social das populações rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu evidenciar que a redução das escolas no campo na região Nordeste do Brasil, entre 1999 e 2019, não se configura como um fenômeno isolado do sistema educacional, mas como parte de um processo mais amplo de reconfiguração territorial do espaço rural brasileiro.

A investigação demonstrou que as microrregiões que apresentaram as maiores perdas proporcionais de escolas concentram-se no estado do Ceará, destacando-se Várzea Alegre, Barro, Santa Quitéria, Caririaçu e Sertão de Senador Pompeu, todas com reduções superiores a 80% no número de instituições escolares entre 1999 e 2019. Esse resultado revela a intensidade do processo de desaparecimento das escolas no campo nesses territórios e aponta para a necessidade de compreender as múltiplas dimensões que estruturam essa dinâmica.

A análise dos registros presentes nos *Cadernos de Conflitos no Campo* da Comissão Pastoral da Terra, articulada à revisão de literatura e ao levantamento de dados educacionais, permitiu identificar que a redução das escolas no campo ocorre em um contexto marcado pela intensificação de conflitos territoriais, pela expansão de grandes empreendimentos e pela implementação de políticas voltadas à modernização produtiva do campo. Nesse cenário, iniciativas relacionadas ao agronegócio, à mineração e a grandes projetos de infraestrutura têm contribuído para a reconfiguração do uso da terra,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



frequentemente resultando na pressão sobre comunidades rurais, no deslocamento de famílias e na fragilização das formas tradicionais de ocupação do território.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF: INEP, 1999–2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Cadernos de Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT, 1999–2019.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35–64, mar./jun. 2009.

CORDEIRO, Emille Sampaio. **O desocultamento do conflito ambiental na comunidade camponesa de Gravatá na região do Cariri cearense**. Rio de Janeiro, 2016.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 10, n. 218, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. **Espaço e Geografia**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7–24, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão (FSC); MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação básica do campo: memória**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de et al. **Território em conflito, terra e poder**. Goiânia: Kelps, 2014.

VASCONCELOS, Luís. Em cinco anos, 3.399 escolas rurais são fechadas no Ceará por economia. **O Povo**, Fortaleza, 2015